



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 018/2025 Nº019/25 e Nº020/2025

I – MATERIA

PL Nº 018/2025 "Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1296 – recuperação e melhoria de toda pavimentação asfáltica II total.... R\$ 1.000.000,00."

PL Nº 019/2025 "Inclui na lei nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1296 – recuperação e melhoria de toda pavimentação asfáltica II total.....R\$ 1.000.000,00."

PL Nº 020/2025 "Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial na LOA 2025 por superavit financeiro e dá outras providências projeto/atividade: 1296 – recuperação e melhoria de toda pavimentação asfáltica II total...R\$ 1.000.000,00."

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº 018/2025 Nº019/25 e Nº020/2025**.

Quanto à juridicidade, há óbice na aprovação do projeto, pois não está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Diante do exposto, o relator vota contrário ao **PL Nº018/2025 Nº019/25 e Nº020/2025** devido à falta de informações pertinentes aos mesmos.



III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** o membro, Cicero Pereira Filho desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, voto contrário ao projeto. E o membro Silas Tserebura tem voto contrário ao relator, votando favorável ao **PL N°018/2025 N°019/25 e N°020/2025**.

Sala das Comissões em 13 de maio de 2025.



Cicero Pereira Filho
Presidente



Roberto da Costa de Souza
Membro / Relator



Silas Tserebura
Membro



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 072/2025

I – MATERIA

PL Nº 072/2025 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2026 do município de Paranatinga, estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Emenda modificativa ao **PL Nº 072/2025**.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº 072/2025**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício de 2026 do município de Paranatinga, estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 072/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS


Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei Nº 072/2025**, e emenda modificativa, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.


Sala das Comissões em 13 de maio de 2025.



Cicero Pereira Filho
Presidente/Relator



Roberto da Costa de Souza
Membro



Silas Tserebura
Membro



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 073/2025

I – MATERIA

PL Nº 073/2025 Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional suplementar por anulação e suplementação e dá outras providências.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº 073/2025** Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional suplementar por anulação e suplementação e dá outras providências.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 073/2025**.



III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei Nº 073/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 13 de maio de 2025.



Cicero Pereira Filho
Presidente/Relator

Roberto da Costa de Souza
Membro

Silas Tserebura
Membro